

ACM reúne dirigentes de comissões

O presidente do Senado Federal, Antônio Carlos Magalhães, reúne-se hoje com os presidentes das sete comissões permanentes da Casa, para traçar com eles uma nova metodologia de trabalho que possa resultar em maior rapidez na apreciação de todas as matérias em exame naqueles colegiados. O presidente do Senado quer que cada comissão fique rigorosamente em dia com os seus cronogramas de trabalho, mantendo sempre suas "gavetas limpas".

A reunião, marcada para as 17 horas no gabinete da Presidência do Senado, servirá também para se buscar um maior entrosamento entre todas as comissões e a Secretaria Geral da Mesa, de modo a garantir um fluxo rápido na passagem das matérias de uma comissão para outra, entre o plenário e as comissões, ou entre estas e o plenário.

Participarão da reunião com o presidente Antônio Carlos Magalhães os senadores José Serra, presidente da Comissão de Assuntos Econômicos; José Sarney, presidente da Comissão de Relações Exteriores; Iris Rezende, presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura; Bernardo Cabral, presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; Ademir Andrade, presidente da Comissão de Assuntos Sociais; Artur da Távola, presidente da Comissão de Educação; e João Rocha, presidente da Comissão de Fiscalização e Controle.



Delegação de parlamentares da Indonésia esteve ontem no Senado, onde recebeu informações sobre o funcionamento do Congresso brasileiro e o processo de elaboração das leis. A comitiva foi recebida pelo vice-presidente do Senado, Geraldo Melo. Página 4

CPI ouve pela quarta vez acusado no caso dos títulos

Ex-coordenador da Dívida Pública da prefeitura de São Paulo será acareado hoje com representantes de dois bancos

Presidente e relator vão responder ao vivo perguntas da população

A TV Senado vai realizar na sexta-feira (dia 21), às 21h, a partir dos seus estúdios em Brasília, um programa inteiramente dedicado a dar respostas à população de todo o país sobre a CPI dos Precatórios. As pessoas que vêm sintonizando a TV Senado e que têm dúvidas sobre os trabalhos dessa Comissão Parlamentar de Inquérito já podem encaminhar suas perguntas, pelo telefone 0800-612211 ou pelo fax (061) 311-1067. As perguntas

poderão ser feitas pelos telespectadores também no decorrer do programa.

As explicações à população brasileira sobre os trabalhos da CPI que investiga o maior escândalo financeiro já ocorrido no país serão dadas ao vivo pelos senadores Bernardo Cabral (PFL-AM) e Roberto Requião (PMDB-PR), respectivamente presidente e relator da comissão, que poderão ainda convidar outros senadores para participar do programa.

A CPI dos Precatórios, presidida pelo senador Bernardo Cabral, ouvirá pela quarta vez Wagner Baptista Ramos, ex-coordenador da Dívida Pública da prefeitura de São Paulo. Além de depor, hoje, ele será acareado com Ronaldo Ganon, um dos donos do Banco Votorantim, e com Genival de Almeida e Galvão de Farias Alvim Neto, do Banco Maxi-Divisa. Ontem, a senadora Emília Fernandes passou o dia rastreando os telefonemas e os extratos bancários dos depoentes que tiveram seu sigilo bancário e telefônico quebrado pela comissão. O senador José Fogaça, por sua vez, defendeu o projeto de sua autoria que prevê um mandato de dois anos para os diretores do Banco Central. **Página 5**

CCJ vota hoje indicação de Jobim para o Supremo

Ministro da Justiça foi indicado pelo presidente da República para ocupar a vaga de Francisco Rezek, que agora representa o Brasil na Corte Internacional de Haia

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), reúne-se hoje, às 10h, para votar a indicação do nome do ministro da Justiça, Nelson Jobim, para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Jobim foi indicado pelo presidente da República para ocupar a vaga deixada pelo ex-ministro Francisco Rezek, que atualmente representa o Brasil na Corte Internacional de Haia.

Também hoje, às 17h, a CPI dos Precatórios vai ouvir

mais quatro depoimentos. Além do ex-coordenador da Dívida Pública de São Paulo, Wagner Ramos, que novamente comparece à comissão, serão ouvidos Genival de Almeida e Galdino Alvim Neto, do Banco Maxi-Divisa, e Ronaldo Ganon, do Banco Votor. *(Mais informações sobre a CPI na página 5.)*

Amanhã (quarta-feira), às 10h, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania reu-



Lauro Campos

ne-se para apreciar uma extensa pauta, onde figuram propostas de emendas constitucionais e projetos de lei do Senado de caráter terminativo. Entre essas matérias, proposta de autoria do senador Lauro Campos (PT-DF), que proíbe o recebimento, por políticos e candidatos a cargos eletivos, de contribuições de pessoas jurídicas. A proposta, segundo Lauro Campos, visa "contribuir para a moralização do

financiamento dos partidos políticos e dos candidatos aos pleitos eleitorais". O relator é o senador Francelino Pereira (PFL-MG).

A Comissão de Educação (CE), presidida pelo senador Artur da Távola (PSDB-RJ), tem reunião marcada para esta quinta-feira, às 17h, com o objetivo de apreciar a proposta do Executivo que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programas de computador e sua comercialização. O relator é o senador Roberto Requião (PMDB-PR).

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

10h - Participa de encontro com o presidente da República

15h30 - Preside sessão ordinária deliberativa do Senado

17h - Participa de reunião com os presidentes das comissões permanentes

PLENÁRIO

14h30 - Sessão ordinária deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação das seguintes matérias: *Substitutivo ao PLS nº 207/95, que altera dispositivos do Código Penal; *PLS nº 142/96, que estende benefício do seguro-desemprego ao pequeno produtor rural; **Mensagem nº 70/97**, que solicita a retirada do PLC nº 3/97, de iniciativa do presidente da República, que dá nova redação ao inciso I do art. 10 da Lei nº 6.302/75, que dispõe sobre as promoções dos oficiais da ativa do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal; e *PLS nº 200/95, que regulamenta o parágrafo 2º do art. 208 da Constituição.

COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Audiência pública para apreciação e sabatina de Nelson Jobim para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal. *Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa*

10h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1508-15/97, que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na aquisição de equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos, dispõe sobre período de apuração e prazo de recolhimento do referido imposto para as microempresas e empresas de pequeno porte, e estabelece suspensão do IPI na saída de bebidas alcoólicas, acondicionadas para a venda a granel, dos estabelecimentos produtores e dos estabelecimentos equiparados a industrial

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. *Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa*

11h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1507-17/97, que dispõe sobre medidas de fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. *Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa*

15h - CPI da Criança e do Adolescente

Pauta: Apresentação de agenda para os trabalhos de 1997; apresentação de nomes de depoentes para a próxima reunião; e apresentação de documentação existente no acervo da comissão. *Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa*

15h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1511-8/97, que dá nova redação ao art. 44 da Lei nº 4.771/95, e dispõe sobre a proibição do incremento da conversão de áreas florestais em áreas agrícolas na região Norte e parte da região Centro-Oeste

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. *Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa*

11h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1565-2/97, que altera a legislação que rege o salário-educação

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. *Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa*

17h - CPI dos Precatórios

Pauta: Depoimentos do diretor do Banco Votor Ronaldo Ganon; dos diretores do Banco Maxi-Divisa Genival de Almeida e Galdino de Farias Alvim Neto; e inquirição e acareação do ex-coordenador da Dívida Pública do município de São Paulo, Wagner Baptista Ramos. *Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho*

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Quinta-feira (20.03.97)

14h30 - Sessão do Senado (Agenda em aberto)

Pauta: O tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente será dedicado à comemoração do Dia Internacional pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial.

COMISSÕES

Quarta-feira (19.03.97)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PEC nº 53/95, que acrescenta parágrafos ao art. 14 da Constituição, dispondo sobre a ação de impugnação de mandato eletivo; *PEC nº 47/95, que institui a Justiça Agrária; *PEC nº 46/95, que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica; *PEC nº 35/96, que regula a disciplina partidária; *PEC nº 6/96, que torna o voto facultativo; *PEC nº 7/96, que determina que terá início pelo Senado a discussão e votação dos projetos que interfiram nas relações federativas; *PEC nº 58/95, que fixa o princípio da coincidência geral dos pleitos eleitorais; *PEC nº 12/96, que cria tribunais regionais federais; **Matérias terminativas:** *PLS nº 84/95, que altera o art. 118 da Lei nº 5.682/71 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos); *PLS nº 07/96, que dispõe sobre o sistema de proteção aos credores e devedores; e *PLS nº 13/95, que dispõe sobre a instituição de cota mínima de 20% das vagas das instituições públicas de ensino superior para alunos carentes. *Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa*

Seguro-desemprego a pequeno produtor

Plenário debate hoje concessão de benefício a agricultores, assim como o projeto que prevê prisão de três a oito anos para quem reduzir alguém à condição de escravo

O plenário do Senado discute hoje, em turno único, projeto de lei de autoria do senador José Eduardo de Andrade Vieira (PTB-PR) que estende o seguro-desemprego aos produtores rurais com atividade agrícola em área igual ou inferior a um módulo rural.

Pela proposição, terá direito ao benefício o produtor que não possuir renda suficiente para manutenção da família e tiver sofrido perda de produção que inviabilize seu sustento em razão de calamidade pública.

Segundo o projeto, que tem parecer favorável do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), o seguro-desemprego será concedido por um período máximo de quatro meses, contados a partir da ca-



Andrade Vieira

lamidade que propicia a sua concessão, em importância equivalente a um salário mínimo.

Também hoje será discutido, em turno suplementar, substitutivo a projeto de autoria do senador Júlio Campos (PFL-MT) que prevê prisão de três a oito anos para quem reduzir alguém à



Júlio Campos

condição de escravo. De acordo com a proposição, se o crime ocorrer em propriedade rural, ela será expropriada para fins de reforma agrária.

Consta ainda da pauta projeto de lei do senador Waldeck Ornelas (PFL-BA) que dá a qualquer cidadão ou associação comunitária o di-



Waldeck Ornelas

reito de acionar o poder público para exigir matrícula do interessado no ensino fundamental. Conforme a proposta, a ação judicial será gratuita e de rito sumário e a autoridade competente para garantir o ensino obrigatório poderá ser enquadrada em crime de responsabilidade.

Arruda: Receita reduziu imposto de empresas e aumentou a arrecadação

Em pouco mais de dois anos, a Receita Federal conseguiu aumentar a arrecadação do imposto de renda das empresas em 61%, mesmo com a redução da alíquota máxima de 43% para 25% sobre os lucros, afirmou ontem o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), líder do governo no Congresso.

- Empresários e políticos apoiaram a idéia da Receita, mas no fundo não se acreditava muito que a receita poderia aumentar. Pois aumentou. Está provado que às vezes reduzir imposto leva a um aumento da receita - observou Arruda.

Para ele, a Receita Federal é um dos órgãos públicos que tem o reconhecimento geral de que funciona bem. "Hoje, 44% das declarações



José Roberto Arruda

de IR de pessoas físicas são entregues em disquetes de computador. Um recorde, comparado com os Estados Unidos, onde esse percentual não chega a 20%", afirmou Arruda, que destacou o trabalho do secretário da Receita Federal, Everardo Maciel.

O sucesso da Receita, conforme o senador, se deve a medidas ousadas, aliadas a progra-

mas de modernização tributária e implantação de projetos que simplificam a cobrança de impostos. Lembrou que o "Simples", programa que simplificou o sistema de impostos para pequenas e microempresas, levou à legalização cerca de 10 mil empresas. Além disso, elas contrataram oficialmente cerca de 700 mil trabalhadores.

Desde ontem, quem quiser entregar seu Imposto de Renda pela Internet já pode fazer isso, informou o líder do governo. "Em dois anos, as medidas da Receita reduziram de 13% para 11% o peso do imposto sobre os salários. E o número de declarantes subiu de 6,5 milhões para 7,7 milhões de pessoas", acrescentou José Roberto Arruda.

Atenção, usuários de antena parabólica, repetidoras e operadoras de TV a cabo

Informações para recepção do sinal da TV Senado

Satélite - B1
 Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical
 Frequência TX (Banda - C) - 5869,40 Mhz
 Frequência RX (Banda - C) - 3644,40 Mhz
 Frequência RX (Banda - L) - 1505,60 Mhz
 Antena - 3,6 m
 LNB - Temperatura 25 k (Amplificador de Baixo Ruído)
 Receptor de Vídeo/Audio Digital
 NTSC Spectrum Saver - Modo: NGS
 Integrated Receiver/Decoder (IRD)
 Fabricante: CLI (Compressed Digital Video)
 Fornecedor: COMSAT - Fone (019) 772 9600
 Obs.: Fixar o Data Rates em 6,6 Mb/s.

Parlamentares indonésios visitam Senado

Recebidos pelo vice-presidente da Casa, Geraldo Melo, eles tiveram informações sobre o processo eleitoral e legislativo brasileiro e o funcionamento do Congresso

Stephanes confirma aposentadoria aos 60

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem o ministro da Previdência e Assistência Social, Reinhold Stephanes, em visita de cortesia. O ministro disse esperar que a reforma da Previdência seja votada pelo Senado até junho, e que, como provavelmente sofrerá alterações, retornará ao exame da Câmara, para então ser promulgada.

Stephanes assegurou que a proposta do governo, em todos os entendimentos mantidos, "sempre foi de 55 anos para



Antonio Carlos e Stephanes: votação da reforma em pauta

mulheres e 60 para homens, desde o início", e que a adoção da faixa de 60 e 65, respectivamente, chegou a ser apontada em alguns documentos, como o Livro Branco, mas somente como uma necessidade para mais

tarde.

- O que existe são apenas estudos em termos de projeções para o futuro, mas isso não está em discussão, e em nenhum momento esteve em discussão - acrescentou.



Clóvis Carvalho (D) com o presidente do Senado: "foi apenas uma visita de cortesia"

ACM recebe o chefe da Casa Civil

O ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República, Clóvis Carvalho, foi recebido ontem, em audiência, pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e assegurou à imprensa que "foi apenas uma visita de cortesia". Carvalho negou que tivesse vindo fazer um pedido de aceleração da votação das reformas.

- Não precisa fazer qualquer pedido nesse sentido ao presidente do Congresso, pois ele

já está imbuído dessa necessidade e desse esforço que vai fazer, sobretudo agora que já está no Senado a reforma da Previdência - disse.

Clóvis Carvalho afirmou à imprensa desconhecer a proposta de reestruturação que dividiria as atribuições do Banco Central, e que, pelo menos no Planalto, ela não está em discussão. Segundo o ministro, o governo está acompanhando o trabalho da CPI dos Precatórios, como um bom momento

para revisar a sistemática de funcionamento do BC, no qual identifica alguns problemas, como falta de pessoal para fiscalização e uma definição melhor de responsabilidades.

Ele confirmou que a revisão do sistema de edição e tramitação das medidas provisórias está na pauta do encontro de hoje, entre os presidentes da República, do Senado e da Câmara, mas não quis adiantar a posição do Executivo para a reunião.

Delegação de parlamentares da Indonésia foi recebida ontem pelo senador Geraldo Melo (PSDB-RN), primeiro vice-presidente do Senado. Acompanhados de diplomatas da embaixada da Indonésia, os parlamentares receberam informações sobre o funcionamento do Congresso brasileiro, bem como sobre o sistema de elaboração de leis, em palestra do consultor-geral legislativo do Senado, Estevão de Rezende Martins.

O consultor-geral abordou para os visitantes o conjunto de reformas que, na atualidade, concentram as atenções dos parlamentares e que prevêem mudanças profundas nas atuais disposições que regulam o funcionamento dos partidos, o processo eleitoral e o legislativo. Serviços de apoio às atividades parlamentares, com a utilização de modernos recursos de informática e comunicação, também foram apresentados aos visitantes.

Temas como o instituto das medidas provisórias e as relações entre Câmara e Senado despertaram o interesse dos parlamentares

Evangélicos convidam para culto na Casa

O Grupo Evangélico do Senado Federal promove um culto de louvor e oração a Deus hoje, às 12 horas, no Auditório Petrônio Portella. O evento terá como preleto o pastor Deivison Carvalho.

CPI DOS PRECATÓRIOS

Comissão ouve Wagner pela quarta vez

Além de depor, hoje, ele será acareado com representantes dos bancos Votor e Maxi-Divisa. Objetivo é tentar eliminar pontos contraditórios entre os diversos depoimentos

Fogaça: mandato dará autoridade ao Banco Central

"Não falta eficiência à fiscalização do Banco Central. O que falta a seus diretores é coragem, porque eles podem ser demitidos a qualquer momento, dependendo das pressões políticas." A afirmação foi feita ontem, em plenário, pelo senador José Fogaça (PMDB-RS), ao defender projeto de sua autoria que dá mandato de dois anos aos diretores do BC, os quais não poderiam ser demitidos pelo presidente da República nesse período.



José Fogaça

Pela quarta vez, a CPI dos Precatórios, presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), ouvirá Wagner Baptista Ramos, ex-coordenador da Dívida Pública do município de São Paulo e suspeito de ser um dos principais responsáveis pela cadeia de irregularidades montada para a emissão fraudulenta de letras financeiras para pagamento de precatórios (débitos judiciais). Além de depor, hoje, ele será acareado com Ronaldo Ganon, um dos donos do Banco Votor; e com Genival de Almeida e Galdino de Farias Alvim Neto, do Banco Maxi-Divisa.

Na semana passada, ao ser acareado com Wagner, Fábio Barreto Nahoun, o outro dono do Banco Votor, negou que tenha procurado estados e municípios com propostas para emissão de títulos para pagamento de precatórios. Atribuiu tudo

isso a Wagner Baptista Ramos, dizendo que nada entendia de precatórios, muito menos da forma de calcular a correção monetária resultante dos planos econômicos sobre essas dívidas judiciais. Disse ter contratado Wagner, por intermédio da corretora Perfil, para dar essa assessoria.

Wagner defendeu-se dizendo que apenas cedeu uma planilha por ele elaborada para o cálculo desses débitos. O ex-coordenador da Dívida Pública informou ter ganhado apenas R\$ 1,3 milhão nesse negócio.

Na avaliação do senador Esperidião Amin (PPB-SC), o Banco Votor participou de todas as operações sob a investigação da CPI e pode ser o cabeça da cadeia de irregularidades. Foi



Bernardo Cabral

também o Votor que contratou uma empresa de lobby - a ADS - para tentar neutralizar a ação da comissão.

Os dois depoentes do Banco Maxi-Divisa serão indagados sobre sua atuação na emissão dos títulos de Alagoas. Os senadores querem que Genival de Almeida Santos e Galdino de Farias Alvim Neto também expliquem como parte dos papéis de Alagoas foi negociada sem passar pela Cetip (Central Especial de Custódia e Liquidação de Títulos). No entender do relator, Roberto Requião (PMDB-PR), a cadeia que levou ao desvio de dinheiro público segue o seguinte percurso: Banco Votor, Maxi-Divisa, corretoras Perfil e Split, distribuidora Negocial e IBF Factoring.

Emília Fernandes faz levantamento de telefonemas e extratos bancários

Integrante da CPI dos Precatórios, a senadora Emília Fernandes (PTB-RS) passou o dia de ontem reunida com técnicos do Banco Central e da Receita Federal, rastreamento os telefonemas e os extra-



Emília Fernandes

tratos bancários dos depoentes que tiveram seu sigilo bancário e telefônico quebrado pela comissão. Conforme a senadora, mais de cem telefones estão com suas ligações sendo examinadas e, apesar de o trabalho ser árduo, ela prevê que terá bons resultados.

- Entendo que, paralelamente aos depoimentos que estão sendo tomados, esse rastreamento de ligações telefônicas e de extratos bancários será fundamental para a elucidação dos fatos, visto que aqui estarão as provas que serão utilizadas em

juízo - acrescentou. Emília entende que, embora se dedique com tanta intensidade ao exame de documentos, a CPI não pode negligenciar as tomadas de depoimentos, porque, apesar de sonegar informações valiosas, os depoentes terminam deixando pis-

tas significativas para investigação. Ela anunciou que pedirá ao presidente da Telebrás que envie esses balanços de telefonemas num disquete e não em impressos, como eles chegaram à CPI. "São pilhas de pastas para examinar e, sem um disquete com o conteúdo dessas informações, o trabalho vai demorar muito."

Com esse trabalho conduzido por Emília Fernandes, os membros da CPI pretendem descobrir o destino final das comissões pagas em toda a cadeia de lançamento e negociação dos papéis emitidos pelos estados de Santa Catarina, Pernambuco e Alagoas.



Romero Jucá

Combate ao nepotismo agrada a Romero Jucá

O senador Romero Jucá (PFL-RR) elogiou ontem a coragem do juiz Helder Girão Barreto, ao comentar a decisão do magistrado no sentido de afastar parentes de desembargadores nomeados para o Tribunal de Justiça de Roraima. O processo teve início por meio de uma ação pública movida pelo Ministério Público do estado.

Jucá considerou a atuação do Ministério Público e da Justiça de Roraima como "uma referência e um modelo para a Justiça brasileira no combate ao descabimento administrativo".

Segundo Jucá, essa sentença causou grande reação política no estado e muita apreensão por parte da sociedade, pelos seus possíveis desdobramentos, "inclusive a versão do provável afastamento do juiz Helder Girão Barreto, através de manobras técnicas que seriam empreendidas nos próximos dias".

O senador encaminhou um ofício ao presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Jurandir Paschoal, pedindo que a decisão do juiz Helder Barreto seja "respeitada na sua esfera de atuação, sob pena de colocar o tribunal na contramão da história e do respeito popular".

Hollanda recomenda análise de novos cursos superiores

Para senador, o Estado precisa repensar seu papel em termos de ensino de terceiro grau e a saída está na iniciativa privada

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) pediu ontem que o Conselho Nacional de Educação analise os quatro mil pedidos que o órgão recebeu para a criação de cursos superiores, considerando não só a demanda já existente, mas a futura, decorrente da melhoria da educação básica já constatada no país.

Para ele, o Estado precisa repensar seu papel em termos de ensino de terceiro grau, "ampliando sua função avaliadora e diminuindo sua ação credenciadora e mantenedora, exatamente como preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional".



Joel de Hollanda

A seu ver, a saída para a falta de oportunidades no ensino superior está na iniciativa privada, e não pode mais haver espaço para "velhas e ultrapassadas idiosincrasias". O senador ressaltou que "a dicotomia en-

tre ensino público e privado tornou-se obsoleta e sua extremada ideologização mostra-se, na atualidade, descompassada da realidade".

Na opinião de Joel de Hollanda, formular e orientar uma política de ensino superior é algo inerente ao poder público, de cuja ação dependerá "em muito" o desempenho do sistema educacional. Dessa forma, no seu entender, o Conselho Nacional de Educação "precisa, com urgência, debruçar-se sobre o assunto, debatê-lo em profundidade e oferecer ao país sua abalizada contribuição".

Osmar cobra do MEC recursos para Hospital das Clínicas no PR

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) defendeu ontem a realização de um amplo debate no Senado sobre a saúde pública, justificando que o setor "vem sendo muito maltratado no país". Ele pediu ao ministro Paulo Renato Souza, da Educação, a liberação de recursos para atender ao Hospital das Clínicas de Curitiba, que, com uma dívida de R\$ 7 milhões, "atravessa uma das piores crises desde a sua fundação".

Osmar Dias explicou que estava recorrendo ao ministro da Educação porque essa pasta responde por 100% da folha de pagamento de pessoal dos hospitais universitários de São Paulo e do Rio Grande do

Sul, enquanto garante apenas 50% dessas despesas no de Curitiba. Além disso, conforme o senador, o ministro da Saúde, "embora sensível ao problema", garantiu não possuir recursos para atender ao hospital.

O senador lembrou que os recursos da CPMF, no primeiro mês de sua cobrança, somaram R\$ 500 milhões, devendo atingir R\$ 6 bilhões em um ano. Para ele, de nada terá adiantado a aprovação desse novo imposto, "com o sacrifício de trabalhadores e empresários", se o dinheiro não for usado para socorrer as necessidades da população. "Será que não vai mudar nada e os hospitais vão continuar carecendo de recursos?", indagou.

Segundo Osmar Dias, o Hospital das Clínicas de Cu-



Osmar Dias

ritiba não dispõe de dinheiro para a compra de medicamentos básicos nem material de limpeza, e a falta de verbas está prejudicando os programas de referência internacional, desenvolvidos pela instituição. O senador explicou que o hospital realiza 2 mil consultas diariamente, 90% das quais atendem ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Valmir quer Justiça Agrária no combate ao radicalismo

Ele considera que tanto a visão "distorcida" da elite brasileira quanto as "concepções retrógradas" dos movimentos pró-reforma têm retardado soluções para o problema fundiário

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) pediu ontem a criação da Justiça Agrária no país para resolver conflitos de forma sumária. Na sua opinião, "a reforma agrária tem que ser implementada por meio do entendimento, da conciliação, e não por meio do derramamento de sangue ou do radicalismo".

Para o senador, o conflito em Eldorado dos Carajás, que resultou em 19 mortes, deveria servir de exemplo do que pode ocorrer no campo "se os ânimos continuarem exaltados e se as partes envolvidas insistirem em permanecer à margem da lei e do bom senso".

Na opinião de Valmir Campelo, "é injusto o trabalhador rural não ter um pedaço de terra para plantar, mas não faz senti-



Valmir Campelo

do querer punir o produtor rural, tomando-lhe, muitas vezes à força, o que levou anos para construir".

O senador acredita que a reforma agrária é hoje um tema excessivamente politizado, "revestido de um radicalismo desnecessário". A seu ver, tanto a visão "distorcida" da elite brasileira quanto as "concepções retrógradas" dos movimentos pró-reforma agrária têm retardado a solução para o problema fundiário brasileiro.

O Brasil, durante muitos anos, conviveu com o total desinteresse da classe política em relação à reforma agrária. Agora que existe vontade política para fazê-la, não podemos desperdiçar a oportunidade com radicalismos extemporâneos, que em nada contribuem para a

obtenção da justiça e da paz social que todos desejamos, acima de bandeiras e ideologias partidárias - argumentou.

Em aparte, Ramez Tebet (PMDB-MS) disse que a reforma agrária não é uma questão ideológica, mas sim uma questão social, econômica e de justiça social. "O caminho para se atingir a reforma agrária não é o caminho do radicalismo, da violência, mas o da vontade política, do planejamento e do diálogo", frisou.

Romero Jucá (PFL-RR), por sua vez, afirmou que a reforma agrária não tem que ser bandeira de oposição, mas sim a favor do país. "A reforma agrária é necessária para termos mais produção agrícola e alimentos mais baratos para a população e para podermos, com a ocupação e o uso social da terra, gerar o desenvolvimento do nosso país", disse ele.



José Bianco

Bianco pede redução de 50% em dívida

O senador José Bianco (PFL-RO) pediu ontem ao presidente Fernando Henrique Cardoso que estenda a todos os pequenos agricultores de Rondônia desconto de 50% nas suas dívidas junto ao Fundo Constitucional da Região Norte (FNO). Ele explicou que uma lei de novembro de 1995 concede esse desconto aos produtores rurais, mas exclui aqueles que tomaram empréstimos antes dessa data.

- Não se beneficiam dessa lei, por exemplo, os agricultores de Rondônia que, no início do Plano Real, pegaram empréstimos com encargos que se justificavam naquela época - disse o senador, acrescentando que, "num momento em que nem sequer existe correção monetária, esses empréstimos se tornaram absolutamente desastrosos".

Na opinião de Bianco, a sugestão é viável, pois a lei retrocede a julho de 1995 a designação das taxas de juros de longo prazo como critério para estabelecer o valor dos encargos dos financiamentos. "Dessa forma, retroagir também o desconto das dívidas seria uma manifestação de sensibilidade do presidente da República", observou.

Que se cumpra a lei no campo, reclama Lúdio

O senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) cobrou ontem o estrito cumprimento da lei em relação às invasões de terras, argumentando que aumenta a intranquilidade entre as famílias que vivem no campo. Ele disse que o país tem duas Justanças, uma para a área urbana e outra para a rural.

Lúdio Coelho informou que, há alguns dias, o Movimento dos Sem-Terra (MST) invadiu propriedade em Mato Grosso do Sul que desenvolve projeto-modelo de pecuária precoce, com gado em confinamento. Conforme salientou, seis policiais militares, que portavam liminar da Justiça para a desocupação da área, terminaram sendo detidos pelos invasores, que os soltaram horas depois, mas sem as armas. O senador citou declaração do secretário de Segurança Pública

do estado, segundo o qual "os invasores nada têm a ver com a agricultura".

Depois de afirmar que "o MST é sabidamente um movimento revolucionário que está tentando ocupar a nação a partir do campo", o senador ressaltou que a maioria que elegeu Fernando Henrique Cardoso é partidária de uma reforma agrária pacífica, não ideológica.

Para Lúdio Coelho, já está na hora de o país definir "se pretende ou não destruir a infraestrutura agrícola, que dá sustentação ao Plano Real e gera importantes divisas". O que não pode persistir, segundo alertou, é a situação de um "campo sem lei, sob pena de se acentuarem as transferências de pequenos,



Lúdio Coelho

médios e grandes proprietários para outros países, como Paraguai e Bolívia. No Uruguai, 50% da produção de arroz já estão nas mãos de brasileiros, disse.

O senador afirmou, ainda, que sua posição a respeito da questão agrária é também a adotada pela Confederação da Agricultura Brasileira e pela Associação de Criadores de Zebu, em reunião realizada no último fim de semana em Uberaba, de que participou.

Em aparte, Romero Jucá (PFL-RR) considerou lamentável a invasão ocorrida em Mato Grosso do Sul e afirmou que o Executivo e o Judiciário "não podem compactuar com a quebra da lei no país".

Odacir condena barganha por votos

Senador relata episódio noticiado pela imprensa de que teria sido feito acordo entre o governo e o deputado Eraldo Trindade para garantir apoio do parlamentar à emenda da reeleição

O senador Odacir Soares (PFL-RO) pediu ao presidente da República que determine providências para evitar a repetição de episódios que firam o relacionamento harmônico entre os Poderes e o trato respeitoso devido ao funcionalismo público. Ele quer, ainda, explicações sobre episódio noticiado pela imprensa sobre acordo que teria sido feito entre o governo e o deputado Eraldo Trindade para garantir o voto favorável do parlamentar à emenda da reeleição.

Segundo Odacir Soares, a *Folha de S. Paulo* de 28 de janeiro divulgou que o ministro Bresser Pereira, depois de falar com o presidente da República, se comprometeu a



Odacir Soares

manter em seus cargos 6 mil funcionários federais do Amapá, ameaçados de demissão. Como garantia da promessa, gravou entrevista, mais tarde veiculada pela TV Amapá.

- A dar crédito ao relato contido na *Folha*, estaríamos diante da mais escandalosa

trapalhada levada a cabo por um destacado auxiliar do governo. O paladino da austeridade, o campeão dos cortes drásticos na folha de pagamento dos servidores, barganhando 6 mil cargos por um voto! - disse o senador.

Odacir Soares referiu-se também à "proposta difundida pelo governo, como balão de ensaio", no sentido de estender a todos os funcionários públicos o reajuste de 28,86%, obtido no Supremo Tribunal Federal por 11 servidores, se aquela Corte concordasse em descontar desse percentual os 16,5% concedidos à categoria no governo Itamar Franco.

- Essa proposta foi fulmina-

da pelo ministro Sepúlveda Pertence, que fez abortar no nascedouro uma insinuação sob todos os aspectos indecorosa - afirmou o senador. Para Odacir, o governo "intentava barganhar o acatamento a uma decisão judicial condicionando-a à concordância do Supremo com a redução do direito de terceiros, por ela reconhecidos e proclamados em memorável julgamento público".

Odacir Soares disse que a repetição de fatos como esses já começa a "despertar reações veementes, a mais inquietante das quais, até o momento, parece ter sido o Manifesto da Associação dos Magistrados" - ressaltou.

Referência a sexo obrigatória em eleição, propõe Emília

A senadora Emília Fernandes (PTB-RS) apresentou ontem projeto de lei que torna obrigatória a referência ao sexo nas fichas de inscrição partidária e nas listas de eleitores enviadas aos juízes eleitorais pelas diferentes legendas. A proposição também torna obrigatório, em todas as eleições, o registro do equivalente fe-

minino da denominação dos cargos eletivos, nas cédulas eleitorais e no painel das urnas eletrônicas.

A intenção de Emília Fernandes é criar condições para que se conheçam melhor os dados sobre a participação feminina no processo eleitoral. A seu ver, isso "contribuirá para ampliar as conquistas já realizadas".

Na justificativa de sua

proposta, a senadora destacou que a participação das mulheres nas atividades políticas é uma conquista relativamente recente, remontando à Federação Brasileira para o Progresso Feminino, criada em 1922, por Bertha Lutz. Apenas com a Constituinte de 1934 é que as mulheres conquistaram o direito de votar e serem votadas, lembrou.

Segundo a senadora, a desi-

gualdade de tratamento fundada na diferença de gênero só foi de fato enfrentada na Constituição de 1988, o que abriu caminho para outra importante vitória: a regulamentação das eleições de 1995, que estabeleceu a cota mínima de 20% das vagas dos partidos e coligações para preenchimento com candidaturas de mulheres.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, JOEL DE HOLLANDA E LÚDIO COELHO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães - 1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise - 1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio - 3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho -

Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O *Jornal do Senado* é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília

Jornal do Senado

Órgão do Senado Federal (Ato da Comissão Diretora nº 20, de 1996)

- Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefones: (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Luiz e Wesley Carvalho

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Júlio

Essuy

Revisão - Lindolfo Amaral e Fernando Varela

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.